

Documentação  
Data: 19/4/2000 Pg. A10  
Class.: 229

# País não tem política educacional para índios

*Segundo o MEC, as políticas estaduais sobre a questão estão em elaboração*

MARTA AVANCINI

No dia em que se comemora o Dia do Índio e em meio às festas dos 500 anos do Descobrimento do Brasil, as nações indígenas que vivem no País não têm muito o que celebrar, ao menos no que se refere à educação. Embora, seja possível encontrar índios em 24 Estados, só dois – Minas Gerais e Mato Grosso – contam com uma política de educação indígena estruturada.

“Com exceção de Piauí, Rio Grande do Norte e Distrito Federal, há índios em todas as outras regiões, mas prevalecem as iniciativas pontuais. As políticas estaduais estão em elaboração”, explica Ivet Campos, coordenadora-geral de Apoio às Escolas Indígenas do Ministério da Educação (MEC).

As linhas-mestras da educação indígena no País começaram a se consolidar há cerca de dois anos. Em 98, o MEC lançou os referenciais curriculares, que servem de orientação para os professores. Em novembro de 99, o Conselho Nacional de Educação (CNE) definiu, em uma resolução, as regras de funcionamento das escolas. Mas para que sejam incorporadas ao cotidiano, precisam ser regulamentadas pelos Estados, o que está sendo feito.

A Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, por exemplo, divulgará hoje uma resolução que regulamenta a educação indígena e cria um curso de formação de professores. “É um processo lento porque não queremos atropelar as comuni-

dades que também têm de participar do processo”, afirma Deusih Bueno Velloso, coordenadora do Núcleo de Educação Indígena (NEI).

Tanto os referenciais curriculares quanto a resolução do CNE estabelecem que as opiniões e decisões dos índios têm de ser respeitadas. Isso significa que eles podem fixar o calendário – o ano escolar dos guaranis começa em agosto –, escolher o que os professores vão ensinar às crianças e participar da administração da escola.

No entanto, para que as escolas indígenas funcionem como o previsto, é preciso mais do que criar regras: é necessário um trabalho continuado, ou seja, a implantação de uma política para o assunto. Minas começa a colher os frutos de um trabalho de cinco anos, baseado

na formação de professores indígenas, na produção de material didático específico e no acompanhamento constante. “Por meio da escola, alguns grupos estão recuperando o contato com a pró-

pria cultura, que estava quase perdida”, diz Kleber Gesteira, responsável pela educação indígena na Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais.

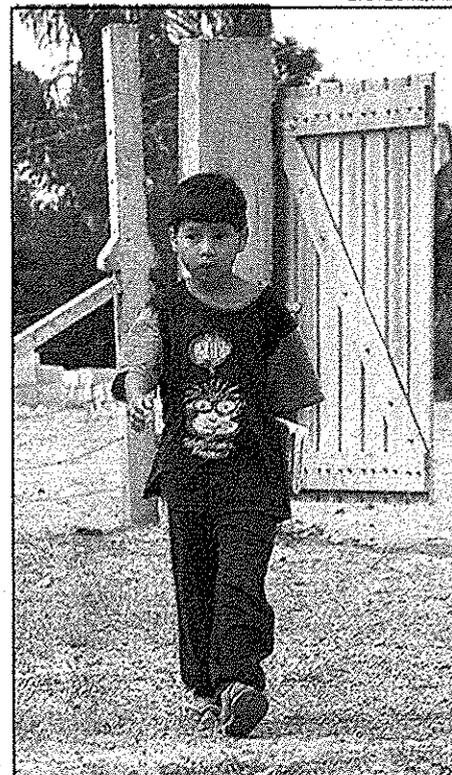
Em Santa Catarina, estão sendo inauguradas as novas instalações da única escola indígena de ensino médio do País, construída conforme as sugestões dos índios caingangues, que vivem na reserva de Xapicó, no município de Ipuçu. A escola lembra uma taba. “Todos os prédios têm o formato circular, que se aproxima da organização urbanística tradicional dos indígenas”, explica Sandra Mara Cardoso, coordenadora do Núcleo de Educação Indígena da Secretaria Estadual da Educação. (Colaborou Denise Lacerda)



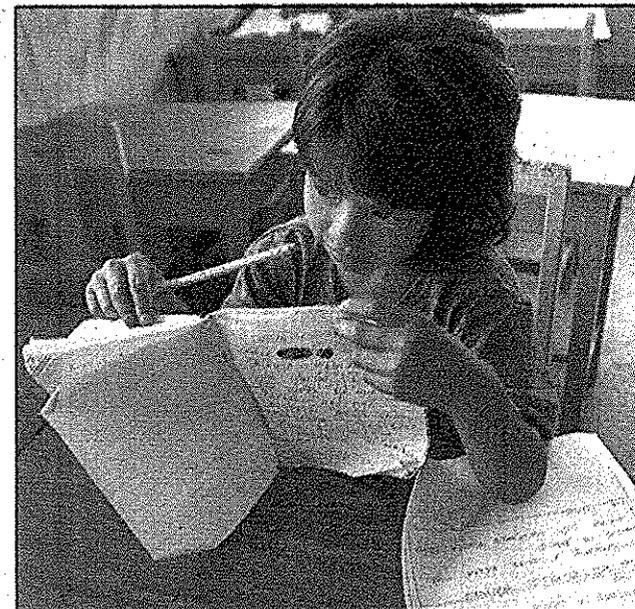
Crianças guaranis a caminho da escola, que fica na própria aldeia, em Parelheiros, em São Paulo

L.C. Leite/AE

L.C. Leite/AE



Só dois Estados têm política estruturada



Escolas indígenas, como a de Parelheiros, têm calendário próprio e a tribo decide o que deve ser ensinado às crianças